



IV Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXIX Seminário de Iniciação Científica
XIV Salão de Ensino e Extensão
IV Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
III Seminário de Inovação Tecnológica



| | | | |
|--|--|------------------|---|
| Título: | PROJETO DE EXTENSÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOLIDÁRIA. | | |
| Autores: | Larissa Neves Marques Jorge Renato dos Reis | | |
| Área | <input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias | Dimensão: | <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação |
| Resumo: <p>Inicialmente, a regularização fundiária consiste no conjunto de medidas urbanísticas, ambientais e sociais que estão previstas em lei, que possui o objetivo de regularizar os assentamentos irregulares e a titulação dos ocupantes que ali residem, com o intuito de garantir o direito à moradia, a dignidade, que está diretamente relacionada ao princípio da solidariedade, sendo que é o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária. Por causa disso, a positivação da solidariedade na Constituição Federal possui caráter obrigatório, e é tratada como princípio constitucional. A primeira lei a tratar sobre o assunto foi a Lei nº 11.977/2009, que apresentava o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos que até então estavam localizados em áreas urbanas. Contudo a Lei 13.465/2017, modificou inúmeros dispositivos da antiga norma, cerca de 20 legislações modificadas, que tratavam da regularização fundiária, acima transcrita. Dentre as principais modificações podemos destacar: o Estatuto da Cidade e a Lei de Registros Públicos. A lei que está vigente tem o entendimento que a regularização fundiária urbana é a simples titulação do imóvel, já a antiga lei, fixava outras medidas relacionadas à condição digna de moradia e a acessibilidade à adequada infraestrutura.</p> <p>Dentre os principais objetivos do projeto de extensão de regularização fundiária é prestar a sociedade de uma forma acessível esclarecimentos sobre a regularização fundiária e auxiliar as pessoas de baixa renda a regularizarem seus imóveis, tanto pela usucapião judicial ou extrajudicial, assim podendo tornar possível a aquisição da casa própria para diversas famílias do município.</p> | | | |



IV Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXIX Seminário de Iniciação Científica

XIV Salão de Ensino e Extensão

IV Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu

III Seminário de Inovação Tecnológica

O método utilizado no projeto de extensão baseia-se na capacitação dos envolvidos, com ensino prático e esclarecimentos sobre o assunto de regularização fundiária e usucapião, assim como o estudo aprofundado sobre cada caso, para resolver da melhor forma possível as demandas do projeto.

A atividade prática do projeto obteve um número significativo de atendimentos, os quais foram realizados de forma individualizada, para encontrar a melhor solução para cada caso apresentado pelos assistidos, para que assim os imóveis fossem regularizados o quanto antes. No momento o projeto está com doze casos que necessitam da planta para dar continuidade aos atendimentos, os quais os documentos já foram obtidos, e que ao que tudo indica tem a possibilidade de serem adquiridos por usucapião. Cabe salientar, que alguns assistidos vieram procurar o projeto para apenas sanar dúvidas.

Três processos já foram iniciados, sendo os três de usucapião judicial. Atualmente outros dois processos estão sendo encaminhados, sendo um usucapião extrajudicial e outro inventário.

O principal resultado que obtivemos com a realização do projeto foi a satisfação de contribuir para a comunidade, prestando assistência jurídica voltada para o público de baixa renda, para que regularizem os imóveis.

Diante do exposto, concluímos que a regularização fundiária pode ser considerada uma maneira de tornar viável o princípio da Solidariedade, através da ação conjunta dos órgãos públicos e da Unisc, que permite que os direitos sociais sejam garantidos à nossa comunidade.

Link do Vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1rJm7yTYpH8e7BhZwj8268CUuSIpXcq_C/view?usp=sharing